

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

247 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 1 a 5 de setembro de 2025

1. UCRÂNIA - COLIGAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS	1
2. ACORDO COMERCIAL UNIÃO EUROPEIA - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	1
3. ACORDO DE PARCERIA UE - MERCOSUL	3
4. FÓRUM DE COOPERAÇÃO DE XANGAI	4
5. PARLAMENTO EUROPEU - DIÁLOGO DE RELATORES - ALARGAMENTO	5
6. AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA - GASTOS EM DEFESA	6
7. RELATÓRIO DRAGHI - OBSERVATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO	7
8. FÓRUM SOCIAL DO PORTO 2025	7
9. REUNIÕES DO CONSELHO	8
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Conselho Europeu	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da UE	8

1. UCRÂNIA - COLIGAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS

Na abertura da **reunião da coligação dos voluntários sobre a Ucrânia**, realizada esta semana em Paris, o Presidente francês Emmanuel Macron destacou a presença do Presidente ucraniano Volodymyr Zelensky e sublinhou a centralidade da Ucrânia na defesa de uma paz justa e duradoura. Macron recordou que *“o campo da paz está em Washington, em Kiev, e em todas as capitais da Europa”*, reafirmando que foi a Rússia quem escolheu a guerra em 2022 e que continua a intensificá-la. Assinalou as perdas humanas catastróficas sofridas por Moscovo e classificou as exigências russas como *“ilegais, imorais e impossíveis”*, defendendo que qualquer negociação deve assentar em garantias de segurança sólidas para a Ucrânia (detalhe [aqui](#)).

Macron anunciou que a coligação de 35 países já formalizou compromissos militares e políticos, incluindo a capacidade de regeneração das forças armadas ucranianas e a constituição de forças de *“reassurance”*. Estas envolverão **26 países dispostos a manter presença no território**, no mar ou no espaço aéreo ucraniano após um eventual cessar-fogo, com o objetivo de garantir estabilidade e dissuadir novas agressões. Sublinhou que estas medidas não visam confrontar diretamente a Rússia, mas *“garantir a paz e enviar um sinal estratégico claro”*.

O Presidente francês confirmou ainda a coordenação estreita com os Estados Unidos e a NATO, salientando que as garantias de segurança são compatíveis com o planeamento da Aliança Atlântica. Após uma chamada conjunta com Donald Trump, Macron anunciou a decisão de avançar para a formalização política e jurídica destas garantias e a adoção de sanções adicionais, primárias e secundárias, caso Moscovo continue a recusar negociações de paz credíveis. Reforçou, por fim, que o objetivo da coligação é alcançar *“uma paz justa e duradoura, sem qualquer recompensa para a agressão e com pleno respeito pelo direito internacional”*. A conferência de imprensa final está disponível [aqui](#).



Réunion de la Coalition des volontaires : avec des garanties de sécurité robustes, nous sommes prêts pour la paix en Ukraine et une sécurité durable.
[Traduzir post](#)



De Emmanuel Macron

8:19 PM · 4 de set de 2025 · 23,1 mil Visualizações

2. ACORDO COMERCIAL UNIÃO EUROPEIA - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Em 27 de julho de 2025, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o Presidente dos Estados Unidos, Donald J. Trump, **anunciaram um acordo político sobre pautas e comércio**. Este acordo informal (detalhe [aqui](#)) surge num contexto em que a parceria transatlântica continua a ser a relação bilateral mais significativa a nível mundial, tanto em comércio como em investimento. Só em 2024, o comércio UE-EUA ultrapassou 1,6 biliões de euros, dos quais 867 mil milhões em bens e 817 mil milhões em serviços, o que corresponde a mais de 4,2 mil milhões de euros em trocas diárias. Em 2022, os stocks de investimento recíproco ascenderam a 5,3 mil milhões de euros. O acordo eepresenta o primeiro passo de um processo que será gradualmente expandido para cobrir novas áreas e melhorar ainda mais o acesso ao mercado.

Entre os principais elementos acordados destacam-se a criação de um **teto tarifário único de 15% para exportações da UE**, reduções significativas de tarifas sobre automóveis, fármacos e semicondutores, bem como novos mecanismos de cooperação em setores estratégicos como aço, alumínio, energia, chips de inteligência artificial, investimentos mútuos e defesa. O acordo não é juridicamente vinculativo, mas constitui uma base política essencial para negociações futuras.

Domínio	Compromissos da UE	Compromissos dos EUA
Pautas e tarifas	Eliminar tarifas industriais; liberalizar produtos agrícolas e do mar (oleaginosas, sementes, frutos, soja, carne de porco e bisonte); eliminar tarifas baixas em produtos industriais.	Aplicar teto único de 15% sobre exportações da UE; tarifas MFN aplicáveis quando >15%; alívio imediato em automóveis, semicondutores e fármacos.
Sector automóvel	Beneficiar de exclusão de tarifas adicionais para automóveis/peças com NMF ≥15%.	Reduzir tarifas da Secção 232; aplicar teto combinado de 15%.
Aeronaves e setores estratégicos	Manter acesso preferencial; liberalização de setores sensíveis dos EUA.	Restaurar tarifas a níveis pré-2025 em aeronaves, químicos e genéricos.
Aço e alumínio	Cooperar contra sobrecapacidade global; cadeias de abastecimento seguras.	Aplicar TRQs em vez de tarifas de 50%; coordenação com a UE para competição justa.
Energia e tecnologia	Comprar GNL, petróleo e nuclear no valor de 750 mil M USD; adquirir 40 mil M USD em chips de IA.	Facilitar exportações de energia e chips para a UE.
Investimento	Investir mais 600 mil M USD em setores estratégicos nos EUA até 2029.	Reforçar atratividade para investimento europeu; proteção a longo prazo.
Defesa	Aumentar aquisição de equipamento militar dos EUA; reforçar interoperabilidade OTAN.	Facilitar e apoiar exportações de defesa para a UE.
Agricultura	Abrir TRQs para peixe e marisco dos EUA (pollock, salmão, camarão); liberalizar acesso em produtos agrícolas não sensíveis (€7,5 mil M).	Aumentar exportações para o mercado da UE em produtos agrícolas e transformados.
Normas e barreiras não pautais	Eliminar barreiras em SPS; cooperação em normas automóveis; reconhecimento mútuo de conformidade.	Aceitar normas europeias em setores-chave; facilitar avaliações de conformidade.
Segurança económica	Alinhar controlos de exportações e rastreio de investimentos; reforçar cadeias de valor.	Combater políticas de países terceiros não baseadas no mercado; medidas contra concorrência desleal.

Na quarta-feira, 3 de setembro, Sabine Weyand, Diretora-Geral da Direção-Geral do Comércio e da Segurança Económica da Comissão Europeia, reuniu-se com os membros da Comissão de Comércio Internacional (INTA) do Parlamento Europeu (PE), para apresentar as principais linhas deste acordo político sobre tarifas e comércio (detalhe [aqui](#) e vídeo [aqui](#)). Durante a audição, Weyand defendeu que, apesar de não ser juridicamente vinculativo, o acordo representa a melhor solução possível no contexto atual, criando uma plataforma de envolvimento mútuo que vai além do comércio de bens e abre espaço para discutir outros aspetos da relação transatlântica.

Na véspera da audição, vários Deputados criticaram o entendimento: Céline Imart (PPE, França) considerou tratar-se de “uma capitulação” que prejudicará os agricultores europeus, expostos à concorrência de produtos americanos livres de direitos enquanto as exportações da UE continuam sujeitas a uma taxa de 15%.

No seio do PPE, embora reconhecendo o desequilíbrio do acordo, alguns Deputados defenderam que este é preferível à escalada de tensões. Jörgen Warborn (PPE, Suécia) sublinhou a necessidade de evitar um agravamento e de preparar o caminho para um verdadeiro acordo de comércio livre com os EUA. Iuliu Winkler (PPE, Roménia) acrescentou que o compromisso garante às empresas europeias a previsibilidade de que necessitavam, salientando ainda a importância de enquadrar estas negociações no atual contexto geopolítico. Já Željana Zovko (PPE, Croácia) apelou a uma abordagem pragmática face às próximas propostas legislativas sobre tarifas.

Os grupos S&D, Renovar a Europa e Verdes/ALE rejeitaram o acordo em termos mais duros. Iratxe Garcia Pérez (S&D, Espanha) e Kathleen Van Brempt (S&D, Bélgica) denunciaram a violação das regras da OMC e a falta de garantias sobre a taxa de 15%. Saskia Bricmont (Verdes/ALE, Bélgica) criticou a “*dependência acrescida em matéria energética e de armamento*”, enquanto Valérie Hayer (Renew, França) apontou o caráter desequilibrado do texto, lembrando as ameaças de Donald Trump sobre o digital. Para Svenja Hahn (Renew, Alemanha), o acordo não constitui uma solução duradoura e coloca as empresas europeias em desvantagem competitiva, com riscos sérios para o emprego. O Presidente da Comissão INTA, Bernd Lange (S&D/PPE), deu uma conferência de imprensa sobre o tema ([aqui](#)).

3. ACORDO DE PARCERIA UE - MERCOSUL

A Comissão Europeia apresentou ao Conselho as **propostas para a assinatura e conclusão do Acordo de Parceria UE–Mercosul (EMPA)**. Este acordo é central na estratégia da União para diversificar relações comerciais e reforçar cadeias de valor com parceiros estratégicos. Segundo a Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, “*os nossos acordos com o Mercosul e o México são marcos importantes para o futuro económico da UE. Estamos a diversificar o comércio, a criar novas oportunidades e a gerar crescimento e emprego. A UE já é o maior bloco comercial do mundo, e estes acordos cimentarão esta posição*” (detalhe [aqui](#)).

O acordo com o **Mercosul** (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) criará a **maior zona de comércio livre do mundo, abrangendo mais de 700 milhões de consumidores**. A Comissão estima que poderá aumentar em 39% as exportações anuais da UE, até 49 mil milhões de euros, apoiando mais de 440 mil empregos. As tarifas atualmente elevadas sobre automóveis (35%), maquinaria (14–20%) e produtos farmacêuticos (até 14%) serão reduzidas de forma significativa. O acordo facilitará também o investimento europeu em cadeias de valor críticas, incluindo matérias-primas, garantindo elevados padrões ambientais e laborais e contribuindo para as transições verde e digital.

No setor agroalimentar, as exportações da UE para o Mercosul poderão crescer quase 50%, com reduções de tarifas sobre vinhos e espíritos (35%), chocolate (20%) e azeite (10%). O acordo protege 344 Indicações Geográficas europeias e limita as importações sensíveis a quotas muito restritas (1,5% da produção da UE em bovino e 1,3% em aves). Prevê ainda um ato legislativo suplementar para operacionalizar a cláusula de salvaguarda, assegurando reação rápida a surtos de importações. A Comissão reforçará os controlos sanitários e fitossanitários, ao mesmo tempo que a PAC pós-2027 garante apoio estável com 300 mil milhões de euros em pagamentos diretos e uma reserva de crise de 6,3 mil milhões.

Para convencer países como a França, que continuam a suscitar dúvidas sobre o acordo, a Comissão comprometeu-se a adotar um ato jurídico autónomo que operacionalize as cláusulas de salvaguarda já presentes no texto negociado.

- Este futuro ato criará um sistema de vigilância reforçada das importações.
- Permitirá abrir automaticamente inquéritos se as importações de determinado produto aumentarem mais de 10% ou se os preços de importação caírem 10% ou mais face aos preços praticados na UE.
- O objetivo é garantir rapidez na reação a eventuais perturbações do mercado, respondendo a críticas de que a Comissão demorava demasiado tempo a atuar.

Esta medida, contudo, não foi negociada com os países do Mercosul, que já tinham recusado incluir cláusulas adicionais.

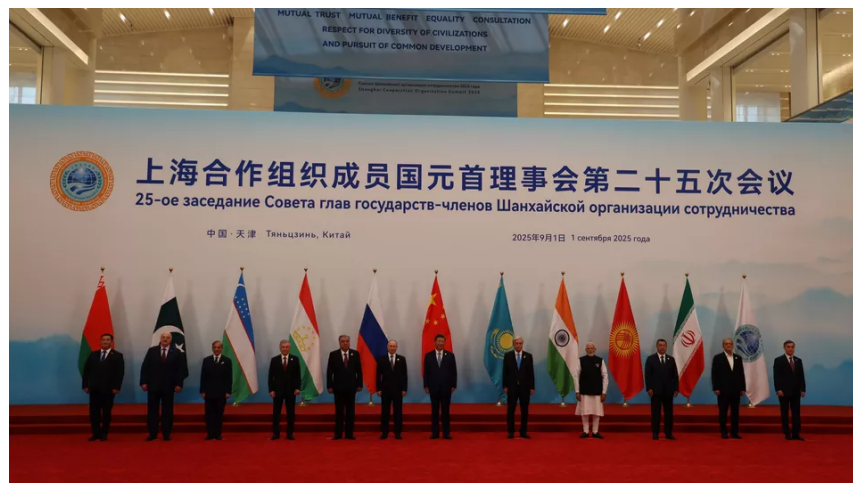
Em termos de **próximos passos**, recorde-se que o Acordo UE–Mercosul exige ratificação pelo Parlamento Europeu e por todos os Estados-Membros, dada a sua **natureza mista**. Paralelamente, a Comissão propôs um **Acordo Comercial Intercalar aplicável apenas à parte comercial**, que poderá ser aprovado ao nível da UE

por maioria qualificada no Conselho e pelo Parlamento Europeu. Este instrumento expirará quando o acordo completo entrar em vigor, mas permitirá antecipar os seus benefícios. A Comissão espera que as decisões de aprovação possam ocorrer até ao final de 2025, ainda que a votação plenária do Parlamento seja mais provável no início de 2026.

4. FÓRUM DE COOPERAÇÃO DE XANGAI

A 1 de setembro de 2025 realizou-se em Tianjin, sob presidência do Presidente da China, Xi Jinping, a **25.ª reunião do Conselho de Chefes de Estado da Organização de Cooperação de Xangai (SCO)**, com a participação dos líderes dos Estados-membros, incluindo Rússia, Índia, Paquistão, Irão e países da Ásia Central.

Os debates abrangeram política, segurança, comércio, energia, novas tecnologias e desenvolvimento sustentável, culminando na aprovação de 24 documentos, entre eles a Declaração de Tianjin, a Estratégia de Desenvolvimento da SCO até 2035 e declarações temáticas ligadas ao 80.º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial e à fundação da ONU (detalhe [aqui](#)).



A presidência da Organização para 2025–2026 passou para o Quirguistão, que definiu como lema “*25 anos da SCO: juntos por um mundo estável, desenvolvimento e prosperidade*”. No seguimento da cimeira realizou-se a reunião “SCO Plus”, dedicada ao multilateralismo, segurança regional e desenvolvimento sustentável, com a participação de países observadores, parceiros de diálogo e organizações internacionais como a ONU, ASEAN, CEI, CSTO e Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas. As atividades encerraram com uma conferência de imprensa conjunta do ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, e do Secretário-Geral da SCO, Nurlan Yermekbayev.

Nesta cimeira, o Presidente chinês Xi Jinping defendeu **um novo modelo de governação global assente no multilateralismo e numa ordem multipolar mais justa**. Lançou a sua nova Iniciativa para a Governação Global, anunciou fundos e empréstimos para os países membros da SCO e reiterou a necessidade de reforçar a voz do Sul Global. O Presidente russo Vladimir Putin descreveu a SCO como alternativa ao modelo euro-atlântico e voltou a culpar o Ocidente pela guerra na Ucrânia, ao mesmo tempo que projetou a sua proximidade a Xi e a Narendra Modi.

Paralelamente, o Primeiro-Ministro indiano Narendra Modi reforçou a cooperação com Moscovo, destacando os laços energéticos que fizeram da Índia o maior comprador de crude marítimo russo desde 2022, num valor próximo de 140 mil milhões de dólares. Apesar das tarifas punitivas de 50% impostas por Donald Trump às exportações indianas, Modi sublinhou, após a sua reunião com Putin, que Índia e Rússia caminham “*ombro a ombro, mesmo nas circunstâncias mais difíceis*”, e que esta parceria é essencial para a paz e prosperidade globais.

Nova Deli tem rejeitado as críticas de Washington e mantém a importação de petróleo e armamento russos como pilares da sua estratégia, sinalizando que a relação com Moscovo prevalecerá sobre a pressão norte-americana. Mais informações [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#).

O Presidente chinês Xi Jinping encerrou uma semana de intensa diplomacia presidindo a um dos maiores desfiles militares da China em décadas, em Pequim, para assinalar o 80.º aniversário da vitória sobre o Japão. A parada exibiu novos tanques, drones e mísseis hipersónicos, com Xi a exortar o Exército de Libertação Popular a tornar-se uma “*força mundial de primeira classe*” e a “*salvaguardar resolutamente a soberania nacional, a unidade e a integridade territorial*” — uma referência implícita a Taiwan. “*A grande revitalização da nação chinesa é imparável*”, declarou Xi, perante mais de 20 líderes internacionais, incluindo Vladimir Putin e Kim Jong Un.



Xi Jinping, accompanied by Russian President Vladimir Putin and North Korean leader Kim Jong Un, at Wednesday's military parade © Sergei Bobylev/Sputnik/AP

Xi apresentou a China como defensora da paz e do multilateralismo, questionando a hegemonia ocidental e propondo “cooperação *win-win*” contra a “*rivalidade de soma zero*”.

5. PARLAMENTO EUROPEU - DIÁLOGO DE RELADORES - ALARGAMENTO¹

Na sequência da reunião interparlamentar sobre o relatório «*Consequências institucionais das negociações de alargamento da União Europeia*», organizada pela Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu (PE), que teve lugar no dia 24 de junho, o relator do PE, Deputado Sandro Gozi, manifestou interesse em prosseguir o diálogo legislativo com os seus homólogos dos Parlamntos nacionais dos Estados-Membros e dos países candidatos. Assim, decorreu, no passado dia 02 de setembro de 2025, um diálogo interparlamentar entre relatores do PE e dos Parlamntos nacionais, sobre o referido relatório, o qual contou ainda com a participação dos co-relatores de outros grupos políticos (detalhe do relatório [aqui](#)). A Assembleia da República esteve representada por uma **delegação conjunta da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão de Assuntos Europeus composta pelos Deputados António Rodrigues (PSD) e Pedro Correia (CH)**.

No período de debate foram abordados temas como os benefícios do alargamento da União Europeia (UE), os desafios institucionais que dele decorrem, a importância de assegurar a participação ativa dos cidadãos, a

¹ Ponto elaborado por Elodie Rocha, assessora da Comissão de Assuntos Europeus.

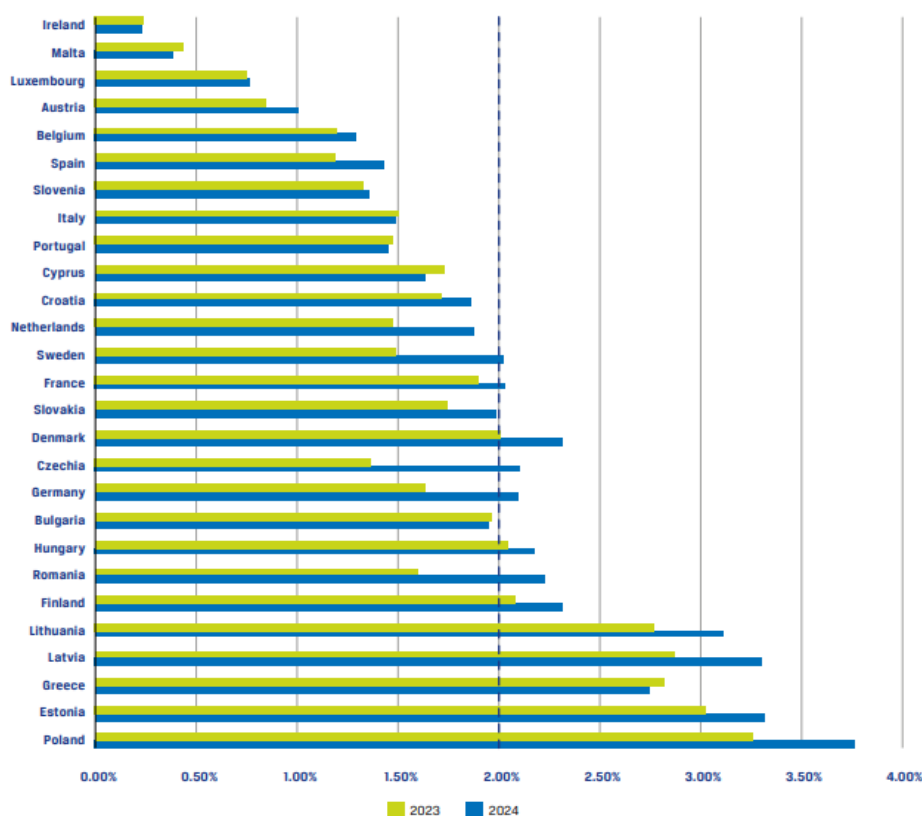
questão dos recursos financeiros, a regra da unanimidade e da maioria qualificada no processo de tomada de decisões, a utilização dos mecanismos previstos nos Tratados, como as cláusulas *passerelle*, a questão da representatividade nas instituições europeias, em particular na Comissão Europeia, a relevância de adotar procedimentos mais eficientes nos processos de adesão e, ainda, as dificuldades específicas enfrentadas pelos países candidatos.

6. AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA - GASTOS EM DEFESA

A Agência Europeia de Defesa (EDA) publicou o seu relatório anual Defence Data para 2024-2025, que apresenta em detalhe a despesa em defesa dos 27 Estados-Membros da UE. Em 2024, a **despesa total atingiu o valor sem precedentes de 343 mil milhões de euros — um aumento de 19% face a 2023** — correspondendo a **1,9% do PIB**. Este crescimento, impulsionado sobretudo por níveis recorde de aquisição de equipamento e pelo aumento do investimento em investigação e desenvolvimento, reflete a determinação dos Estados-Membros em reforçar as capacidades militares da Europa perante um contexto de segurança em constante evolução. O documento está disponível [aqui](#).

In 2024, MS maintained their commitment to increasing total defence expenditure and meeting NATO's 2% guideline on an individual basis. As a result, **13 MS allocated 2% or more of their GDP to defence** – an increase from eight in 2023 and five in 2022 (Figure 2).

Figure 2. Total Defence Expenditure as % of GDP by MS, 2023-2024

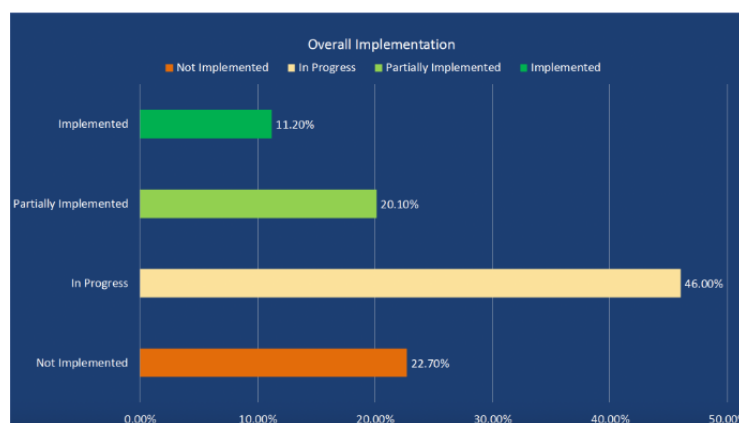


In 2024, **a total of 25 MS increased their defence expenditure in real terms, one more than in 2023**, while only two MS slightly decreased defence spending (Figure 3). Sixteen MS raised their expenditure by more than 10%, compared to eleven MS recording such an increase in 2023. The sharpest increase amounted to more than 60% and was recorded by one MS.

Estima-se que em **2025** a despesa ultrapasse pela primeira vez a meta de **2% do PIB**, chegando a 381 mil milhões de euros (2,1% do PIB). Apesar deste reforço, a EDA sublinha que a fragmentação dos orçamentos nacionais continua a limitar a eficiência e a interoperabilidade dos sistemas de defesa europeus. A comparação internacional mostra que os EUA gastaram 845 mil milhões de euros em 2024 (3,1% do PIB), quase o triplo do valor agregado da UE, beneficiando de maior escala e de sistemas menos diversificados. A Rússia e a China, embora apresentem orçamentos oficiais mais baixos (107 e 250 mil milhões, respetivamente), conseguem maior eficácia relativa devido a custos internos mais reduzidos e planeamento integrado

7. RELATÓRIO DRAGHI - OBSERVATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO

Quase um ano após a publicação do Relatório Draghi sobre a competitividade europeia, apenas cerca de 11% das 383 recomendações foram implementadas, de acordo com uma nova análise divulgada pelo European Policy Innovation Council (EPIC), disponível [aqui](#). O relatório, apresentado em setembro de 2024 pelo antigo presidente do BCE, alertava para um “*desafio existencial*” para a economia europeia e propunha medidas como a unificação dos mercados de capitais, a harmonização de regras empresariais e o reforço das cadeias de abastecimento. Os maiores avanços verificaram-se nos setores dos transportes e minerais críticos, enquanto áreas como a digitalização, a energia e as tecnologias limpas registaram atrasos significativos.



The Scoreboard

- **Implementada:** 11.2% (43 medidas)
- **Parcialmente Implementada:** 20.1% (77 medidas)
- **Em Progresso:** 46.0% (176 medidas)
- **Não Implementada:** 22.7% (87 medidas)

Em declarações ao Financial Times ([aqui](#), para assinantes), o Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL/Renew) considerou que a Comissão Europeia está a “*arrastar os pés*” na aplicação do plano e quem, mesmo sem concordar com todas as propostas, o relatório “*deveria ser o plano diretor da Comissão para este mandato*” e implementado com urgência.

8. FÓRUM SOCIAL DO PORTO 2025

Quatro anos após a Cimeira Social do Porto de 2021, que marcou o relançamento da política social da União Europeia, e dois anos depois da edição intermédia de 2023, o Porto Social Forum 2025 voltará a reunir, nos dias 18 e 19 de setembro, mais de duzentos dirigentes políticos e parceiros sociais de toda a União. Organizado pelo Governo português, em cooperação com a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu e

a Presidência do Conselho da União, o Fórum será dedicado ao tema “Empregos de qualidade numa Europa social competitiva”. Detalhe [aqui](#).

O encontro inscreve-se na trajetória definida em 2021, quando os Estados-Membros, as instituições europeias e os parceiros sociais estabeleceram **três grandes metas sociais para 2030**: alcançar uma taxa de emprego de pelo menos 78% na faixa etária dos 20-64 anos; garantir que 60% dos adultos participem anualmente em atividades de formação; e reduzir em 15 milhões o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social. Embora o objetivo do emprego esteja próximo de ser alcançado (75,8% em 2024), a UE continua atrasada na formação contínua e na luta contra a pobreza, com apenas 2,8 milhões de pessoas a menos em situação de vulnerabilidade desde 2019. Neste contexto, o Fórum de 2025 procurará dar novo impulso político, estruturando os debates em torno de quatro eixos: reforço do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, promoção de empregos de qualidade, respostas às pressões globais e reforço da mobilidade laboral justa dentro da União.

9. REUNIÕES DO CONSELHO

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 1/2 de setembro [Reunião informal dos ministros dos Assuntos Europeus](#); 4/5 de setembro: [Reunião informal dos ministros da Energia](#).

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

Terá lugar, na próxima semana, a [sessão plenária do PE](#) em Estrasburgo. *Destques*: Debate sobre o [Estado da União](#); debate sobre o [acordo comercial UE-EUA](#); debate sobre [Fogos florestais e vagas de calor](#); debate sobre as garantias de segurança para a [Ucrânia, com Kaja Kallas](#); debate e resolução sobre [Gaza](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [9 de setembro](#), destacando-se o Relatório de Prospetiva Estratégica 2025.

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível e terão lugar as seguintes reuniões: 11 e 12 de setembro - [Reunião informal dos ministros da Educação](#).

Bruxelas | 5 de setembro de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#).